

VILAS RURAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA PROPOSIÇÃO CONCEITUAL

Eneias Barbosa GUEDES¹
Gilber Valério CORDOVIL²

23

Resumo

As vilas rurais na Amazônia paraense se configuram como escala de análise geográfica, por apresentarem uma natureza humana, manifestada nas suas formas conteúdos, que lhes confere o caráter geográfico, sendo possível a categorização e conceituação das mesmas. O objetivo deste trabalho é compreender as vilas rurais conceitualmente a partir do olhar geográfico, bem como entender a organização espacial destas formas/conteúdos a partir das ações dos diferentes sujeitos sociais que agem nestes espaços apropriando-se e ao mesmo tempo construindo seus espaços de vivência e produção na Amazônia paraense. Para tanto, a teoria de produção social do espaço foi o referencial teórico que norteou a compreensão dos espaços dos camponeses, produtores, coletores e pescadores em questão. As informações utilizadas neste trabalho foram coletadas durante a realização de pesquisas de campo nas vilas de pescadores de Céu e Cajuuna, localizadas no município de Soure, na Ilha do Marajó e na vila de Agricultores e extrativistas de Santana do Urucuri, localizada no município de São Miguel do Guamá, ambas no estado do Pará.

Palavras-Chaves: Vilas rurais, Espaço, Camponês, Temporalidade.

**RURAL VILLAGES IN THE AMAZON PARAENSE: PROPOSITION A
CONCEPTUAL**

Abstract

The rural villages in the Amazon Pará stand as geographic scale of analysis, because it has a human nature, manifested in its form and content, which gives them the geographical character, being possible a conceptualization and categorization of them. The objective of this work is to understand the rural villages conceptually from the look geographic as well as understand the spatial organization of these (forms and contents) from the actions of different social subjects who act appropriating these spaces while building their spaces of living and production in the Amazon state of Pará. Therefore, the theory of social production of space was the theoretical framework that guided the understanding of spaces of peasants, fishermen and gatherers in question. The information used in this paper were obtained while conducting field research in the fishing villages of Heaven and Cajuuna, located in the city of Soure, on Marajó Island and the village of farmers and gatherers of Santana's Urucuri, located in the municipality of São Miguel Guamá, both in the state of Pará.

Key Words: Agro villas, Space, Peasant, Temporality.

¹ Prof. da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: eneias.guedes@bol.com.br

² Prof. da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). E-mail: gilval@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem a intenção de trazer para o debate da ciência geográfica a necessidade de categorizar as diferentes formas espaciais produzidas pela relação sociedade-natureza na Amazônia paraense. A Geografia sempre trabalhou com as diferenciações de áreas buscando entender como a sociedade através do trabalho produz diferentes realidades espaciais. Contudo, a categorização não é um debate tão freqüente dentro das teorias que orientam o pensamento da Geografia enquanto ciência. Acreditamos ser necessário introduzir nos debates geográficos as vilas rurais como escala de análise espacial, uma vez que estas formas-conteúdos são expressões da dinâmica social dos camponeses sobre o substrato material, o que produz seus espaços de vivência e reprodução a partir das necessidades e condições materiais de existência dos diferentes agrupamentos humanos.

Na Amazônia e, em especial, no estado do Pará, as vilas rurais são formações sócio-espaciais, cuja paisagem não ultrapassa a dimensão do tradicional, ou seja, não alcança um alto grau de complexidade técnica (SANTOS, 1996), além de ser composta de uma materialidade, expressa em seus objetos geográficos e numa misticidade clarificada em seus ritos e crenças, que estruturam o mundo do sagrado, acessíveis a toda população, codificando ao mesmo tempo um mundo de valores humanos e sobrenaturais, onde a interação ou soma da matéria e do espírito se tornam técnicas, transmitidas pela tradição, com a finalidade de domínio da natureza.

Entendido desta maneira, o objetivo deste trabalho é categorizar as vilas rurais conceitualmente a partir do olhar geográfico, bem como compreender a organização espacial destas formas conteúdos a partir das ações dos diferentes atores sociais que agem nestes espaços apropriando-se e ao mesmo tempo construindo seus espaços de vivência e produção na Amazônia paraense. Para tanto, a teoria de produção social do espaço (SANTOS, 1996) foi o referencial teórico que norteou a compreensão dos espaços dos camponeses, coletores e pescadores em questão. Conceitualmente foi o espaço, entendido a partir de uma relação indissociável de objetos e ações (SANTOS, 1996), a categoria de análise que permitiu o entendimento das vilas rurais estudadas.

POVOAMENTO NÚCLEOS E VILAS

As ações humanas são elementos norteadores das transformações, desenvolvimento e produção de processos e formas em uma determinada fração da natureza, portanto, da produção do espaço geográfico. Essas ações obedecem ao recorte temporal, permitindo produção de espacialidades que vão atender aos diversos interesses dos distintos atores sociais envolvidos nessas práticas sociais, entendida aqui como a dinâmica de reprodução e reprodução do espaço geográfico.

O processo de povoamento da Amazônia Paraense, aqui, analisada a partir de 1616 (CORRÊA, 2006), não obedece a uma única regra histórico-geográfica, visto que os diferentes momentos de ocupação-apropriação do espaço amazônico que se compreende hoje como Estado do Pará se dá de acordo com os interesses geopolíticos, econômicos e sociais nos diferentes contextos.

Ver-se que esse processo se inicia a partir da colonização da Amazônia pelos portugueses, em virtude da necessidade de controle e segurança desse espaço, por parte da coroa, frente aos interesses de outras metrópoles. Diante disso, a Coroa Portuguesa para materializar o povoamento na Amazônia irá estimular o processo de imigração portuguesa para a região, por meio da manipulação de duas estratégias: o imaginário sobre o espaço amazônico e a política de doação de terras.

É importante ressaltar que o processo de povoamento em nenhum dos contextos amazônicos possui um caráter fixo, fato que permitiu a mobilidade de populações pelo espaço da Amazônia, contribuindo para formação de diferentes núcleos no estado do Pará, como exemplo a vila Souza de Caité, hoje cidade de Bragança.

O processo de colonização vai continuar sendo um dos motores para o estabelecimento de povoados, Núcleos, vilas e cidades na Amazônia Paraense, dando continuidade a um processo que irá esboçar-se no período de valorização comercial, primeiro das drogas do sertão e, posteriormente, da borracha no mercado internacional. Durante esse contexto levas de imigrantes, vindos principalmente da região do Nordeste do Brasil, agora, induzidos pelo estado brasileiro e empresas privadas, irão penetrar o estado paraense em busca dos recursos de grande valor no mercado externo, tanto os das drogas do sertão quanto da borracha. Entretanto, era necessário criar núcleos para: funcionar como base de reprodução dos seringueiros que viviam no interior da floresta, fornecer bens importantes para a

sobrevivência econômica da região, bem como suporte logístico destes trabalhadores na mata amazônica. Esse processo de povoamento, migração e surgimento de núcleos é importantíssimo para a movimentação sócio-espacial no Estado do Pará em função da produção e ampliação de novos espaços e a espacialização de dinâmicas (culturais, econômicas e políticas) antes pouco inexistente.

Outro momento importante no povoamento da Amazônia, que culminou no surgimento de núcleos, vilas e cidades foram marcados pelo contexto contemporâneo de apropriação do estado do Pará, precisamente a partir da década de 1960. Esse contexto não é diferente apenas pelo tipo de povoamento, mas por uma reorganização espacial de surgimento dos núcleos e vilas, visto que nas anteriores o povoamento se localizava às margens dos rios e igarapés Paraense, o que contribuía para a formação de núcleos e, posteriormente, vilas de caráter ribeirinhas, com gêneros de vida particulares.

Diante disso, o novo tipo de povoamento do Estado do Pará irá se voltar mais para as áreas de terra-firme, local onde estava ocorrendo construção de estradas ferroviárias e rodoviárias que contribuíram para a articulação política e espacial do estado, localizando-se tanto no Leste, quanto no Oeste paraense.

Como exemplo, tem-se as levas de imigrantes que se dirigiram para o Nordeste Paraense. Eles formaram povoados diferentes dos anteriores, em decorrência destes servirem como força de trabalho dentro da lógica capitalista de produção bem como por serem territorializados ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança e rodovia Belém-Brasília, inaugurando, dessa forma, uma nova espacialidade de formação de núcleos e vilas na Amazônia Paraense.

A estrada de ferro Belém-Bragança, cuja construção foi iniciada em 1875 e concluída em 1908, tinha o objetivo de colonizar a área de Belém à Bragança. Em 1874 a assembléia legislativa provincial do estado do Pará, pela lei nº 809, de 06 de abril de 1874, deu-se autorização ao governo estadual, para conceder, pelo prazo de 40 anos, à empresa ou companhia interessada, a construção da referida estrada: ficando os concessionários como dever de estabelecer na área 10.000 colonos e suas famílias. Para o assentamento dos colonos, os concessionários recebiam do governo 10 léguas quadradas de terras marginais à estrada. Vieram então, imigrantes estrangeiros e nacionais, o que fez surgir povoados, vilas que logo viriam a se transformar em municípios, como Igarapé-Açu no km 112, em 1905; Castanhal, no km 69 em 1930; João Coelho (atualmente Santa Izabel do Pará) no km 42 em 1933;

Ananindeua, no km 14; Capanema, no km 175; Bujaru em sua área de influência; Nova Timboteua, no km 147; Ananhagá (atualmente São Francisco do Pará), no km 83; inanhagapi, no km 71, todos estes em 1943 (TAVARES, 1995, p. 898).

Diante do exposto, ver-se que um dos agentes indutor no processo de produção do espaço é o Estado. Esta produção e reprodução ocorrem por meio da formação de núcleos e vilas rurais, isso porque há uma necessidade de apropriação frente ao indispensável interesse de domínio e polarização do espaço da Amazônia paraense. Entretanto, a formação de núcleos e vilas no estado do Pará não pode ser entendida apenas como ação do Estado, uma vez que processos sociais que escapam ao controle deste agente e são materializados no surgimento de vilas configurando-se nas diferentes paisagens que compõem o espaço rural paraense.

Um destes processos, neste trabalho identificado é o processo de migração espontânea. Muitos dos povoamentos e surgimentos de núcleos e vilas estão ligados aos processos migratórios, devido à importância histórico-geográfica que este fenômeno tem no processo de dispersão e interiorização da população no espaço da Amazônia Paraense.

Os núcleos e vilas da Amazônia paraense tanto no passado, quanto no presente não possuem os mesmos aspectos, fato que lhes dão uma singularidade por apresentarem uma configuração territorial distinta uma das outras, pois por meio da paisagem, percebem-se vilas de pescadores, agricultores, coletores e outras com suas próprias formas e processos.

Em suma esses diferentes processos materializados na Amazônia paraense, em seus diferentes recortes histórico-geográficos, permitiram a territorialização de multiplicidades de usos da natureza e exploração de seus recursos, permitindo a diversidade de gêneros de vida no estado do Pará. É diante desta afirmação e amparado pelos trabalhos de campo que se entende que as vilas rurais, em especial a de Céu, Cajuuna no município de Soure e Santana do Urucuri no município de São Miguel do Guamá, possuem uma dimensão geográfica.

A DIMENSÃO GEOGRÁFICA DAS VILAS

O espaço geográfico como resultado da relação sociedade-natureza, intermediada pela técnica e pelo trabalho é expressão de uma combinação de formas e conteúdos espacializados de maneira heterogênea. A primeira, afirma a materialização dos objetos produzidos pelo trabalho humano nos seus respectivos tempos históricos e, a segunda, configurada nas ações, que são os processos, econômicos, ideológicos e políticos, que por serem elementos do espaço determinam as formas espaciais visíveis nas paisagens em seus diferentes contextos. Com

base no exposto, entende-se que a articulação dessas duas variáveis corrobora para a produção de distintas espacialidades.

Todas as formações sócio-espaciais possuem uma dimensão geográfica, isso porque em todas ocorrem existência de formas e conteúdos. Diante disso, e indiferente da realidade geográfica, as vilas rurais na Amazônia paraense se inserem nessa apreensão.

Ademais, os objetos geográficos presentes nessa dimensão sócio-espacial estão materializados em formas que caracterizam o mundo rural, mesmo se combinado com paisagem que caracterizam os elementos que identificam a modernização (torres de telefonia celular, parabólicas e outros). Esta combinação manifesta a coexistem destes últimos junto às áreas de cultivo extrativo e da agricultura familiar, onde as habitações não apresentam desenhos arquitetônicos com traços modernos bem como o comércio agitado deste espaço está ausente quando comparados aos espaços urbanos.

Analisando a dimensão das vilas rurais da Amazônia Paraense, por meio das formas, percebemos que predomina a organização do trabalho familiar, o que permite a utilização de uma mão-de-obra sem a necessidade de algum tipo de formação técnica ou superior. Percebe-se também, pouca presença de tecnologia e conhecimento científico, no processo produtivo dos diferentes grupos que trabalham a terra ou extraem da natureza produtos.

Desse modo, entende-se que a existência dessa realidade material é possível, devido ao fato do trabalho e das técnicas não possuírem, no seu interior, uma forte presença de conhecimento científico, o que determina forças produtivas locais pouco dinâmicas e um espaço rarefeito de objetos técnicos complexos.

É importante analisar também que as organizações espaciais revelam a elaboração das formas conteúdos de existência no campesinato na Amazônia. Há ainda que se verificar, como se manifesta a “nodosidade”, que no caso em questão, materializa-se na forma espacial das vilas rurais que dão configuração territorial ao espaço geográfico.

As vilas rurais têm sua dimensão geográfica também baseada na expressão da combinação singular e estratégica de formas e conteúdos, com vista à reprodução de classe ou segmento de classe, mesmo entendendo que a existência do camponês à sua moradia nas vilas, está cercada por enclaves tipicamente capitalistas, marcando o espaço pela sua contradição de uso capitalista e uso camponês. A dinâmica desses usos revela as lutas de classe. Quando o primeiro se expande, destruindo o segundo, sua hegemonia se implanta.

Quando o segundo resiste o primeiro se retrai, manifestação das lutas contraditórias se materializando no espaço.

Isto significa que apesar das propriedades camponesas estarem rodeadas por propriedades capitalistas, algumas modernas, não basta para descaracterizar as vilas como expressão do campesinato no espaço amazônico paraense. Assim, essa distribuição espacial expressa o conflito, isto porque não podemos pensar em um espaço hegemônico definido por limites rígidos. A recíproca é igualmente verdadeira, visto que as vilas rurais são produções por excelência das relações camponesas, onde nem todas as propriedades que se encontra em seus limites o são.

Diante do exposto, entendemos que a dimensão geográfica das vilas não pode ser entendida na compreensão quantitativa, que percebe a dimensão delas a partir de uma metrificacão, com base em números matemáticos, mas sim como resultados das relações humanas que se processam nesse determinado meio geográfico amazônico.

A NATUREZA DAS VILAS RURAIS

Busca-se aqui um esforço científico-geográfico pela compreensão e natureza das vilas rurais na Amazônia Paraense, isto é, por meio de pesquisas e comparações se entendeu que o conceito de vilas rurais não pode ser entendido como único, visto a especificidade das diferentes realidades sócio-espaciais. Dessa forma, é importante o debruçar-se sobre essa análise, para assim se ampliar a percepção geográfica do espaço.

É possível inferir a existência de elementos ou variáveis humanas que articulados no cotidiano das vilas permitem a identificação da natureza delas, ou seja, consentem entender como a Geografia pode definir as vilas rurais da Amazônia Paraense, mesmo em meio as suas variedades e espacialidades.

Assim, propõe-se que as vilas rurais sejam definidas pelo gênero de vida e pela paisagem, pois se acredita que mesmo havendo a existência de uma singularidade entre elas, esses dois conceitos conseguem produzir uma definição geral para o objeto de estudo em questão.

Para iniciar as análises e reflexões relacionadas à definição de vilas, partir-se-á do conceito produzido por Oliveira (2000).

Podemos conceituar uma vila rural como sendo uma área geográfica onde serão fixadas famílias de trabalhadores rurais objetivando a melhoria da qualidade de vida das mesmas (...). O programa tem como característica a sua localização

próxima aos centros urbanos com lotes de aproximadamente 5.000 m², no qual deverá conter culturas de subsistência, habitação com área coberta de 37 a 48 m², além da infra-estrutura, como estradas, energia elétrica, água, e esgoto, e de serviços de apoio. (OLIVEIRA, 2000, p. 425)

A definição do autor contribui bastante para uma apreensão inicial do que seja uma vila rural, entretanto, esse esforço conceitual é apenas aplicado nessa realidade, que envolve uma definição baseada na quantificação ou metrificação, isso porque na Amazônia a realidade é bastante diferenciada devido às propriedades de terras apresentarem dimensões maiores e menores, assim como, em alguns casos as vilas rurais não se localizam próximas aos centros e muitas delas não foram formadas pela iniciativa do governo, em seus diferentes poderes. Além do mais, essa definição, leva em consideração apenas uma especificidade de camponês: o agricultor. Contudo, na Amazônia a realidade nos apresenta diferentes tipos de camponeses com distintas maneiras de relação com a natureza, a exemplo dos pescadores e extrativistas presentes na região.

Entende-se que as vilas rurais na Amazônia paraense podem ser definidas a partir de dois conceitos geográficos fundamentais. O primeiro conceito é o gênero de vida, que acordo com Sorre designa:

Um conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidados pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio (SORRE, 1984, p. 91).

E ainda

O gênero de vida representa um conjunto de adaptações – seja qual for a idéia que este termo denote. Adaptações das atividades do indivíduo e do grupo, em outras palavras, técnicas. O gênero de vida é um conjunto de vida é um conjunto de técnicas (SORRE, 1984, p. 91).

Em todas as vilas rurais existentes na Amazônia, apesar de suas especificidades (pescadores, agricultores, extrativistas, etc.), não ocorre ausência das dimensões espiritual e material e muito menos o conjunto de técnicas que servem para as mesmas explorarem e dominarem a natureza, são esses elementos definidores do gênero de vida, presentes em todas as vilas rurais, que permitem a ele ser o elemento de definição de vilas rurais. Em todas elas esses elementos do gênero de vida permitem a coesão e reprodução espacial dos diferentes agrupamentos humanos.

Ademais, o conceito de gênero de vila oferece para todos os tipos de vilas rurais a possibilidade de suas populações promoverem a sua territorialização ou enraizamento em uma determinada fração do espaço, mesmo ele possuindo, também o significado de forma específica que cada grupo desenvolve: sua maneira de ser e viver.

Acredita-se que em todas as formações sócio-espaciais em forma de vilas rurais, o gênero de vida promove a satisfação material e espiritual de suas populações, permitindo a existência da tradição, ou seja, conjunto de valores e costumes desenvolvidos ao longo de sua afirmação histórico-geográfica.

A leitura do espaço é complexa, visto à diversidade de formas e processos determinados pelo movimento da sociedade em suas contradições permanentes. Uma das vias que permitem a leitura do espaço é a observação e a reflexão da paisagem, tanto ela quanto o espaço resultam da dinâmica superficial dos fluxos e fixos processados pelo trabalho da sociedade.

A paisagem se configura-se de acordo com a velocidade do trabalho do homem em coletividade, e sua expressão depende do conteúdo da formação espacial. Este processo no tempo histórico social revela paisagens mais simples, mais próximas da primeira natureza e paisagens mais complexas, isto é, com uma grande carga de trabalho humano materializado, todavia ambas produzidas pela articulação de trabalho e técnica “Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas” (SANTOS, 1991, p. 64).

O conhecimento e as forças produtivas não estão disseminados de forma homogênea pelo espaço geográfico, esse fato confirma a produção de dinâmicas espaciais velozes e menos velozes, que vão acabar influenciando na produção de paisagens com densidade técnica bem como tempos distintos.

Ao observar algumas diferentes vilas rurais da Amazônia Paraense, tanto de agricultores-extrativistas, quanto de pescadores, percebe-se a bucolidade e a forte presença da natureza primária em ambas, além da presença de fixos, cuja forma e função não seguem uma permanente mudança. Dessa forma, a anarquia que se está acostumada observar nas paisagens dos grandes centros urbanos, não acontece nas vilas rurais na mesma intensidade e força. “A paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc”. (SANTOS, 1991, p. 69)

É percebendo a paisagem que se compreende também a permanência do tradicional no interior dessas formações sociais, visto as cores, os movimentos, odores e sons servirem como instrumentos de resistência ao novo.

Apesar de se ter o entendimento de que a paisagem não é única, por saber que os objetos não estão repetidos de igual forma no espaço – “a paisagem é sempre heterogênea” (SANTOS, 1991, p. 65). Entende-se, a partir da análise dessas vilas rurais, que a essência e a temporalidade contida nelas são muito próximas.

Afirmamos esse pensamento baseados na percepção, uma vez que esta é um dos elementos importantes dessa análise, pois a dimensão é permitida pela percepção. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. (SANTOS, 1991, p. 62)

Diante do exposto, buscou-se, por meio do gênero de vida e da paisagem, propor a geografização da definição de vilas rurais, mesmo sabendo os limites e as complexidades que esses dois conceitos podem gerar para uma possível noção geográfica de vilas rurais. Por outro lado, no interior do corpo conceitual da geografia não se observou conceitos que pudessem ir para além das definições que já existem, como a de lugar. Dessa forma, conclui-se que o esforço de definição, parte-se de um esforço de generalização.

Assim entendido, podemos conceituar vilas rurais como sendo uma formação sócio-espacial, cuja paisagem não ultrapassa a dimensão do tradicional, ou seja, não alcança um alto grau de complexidade técnica, além de ser composta de uma materialidade, expressa em seus objetos geográficos e numa misticidade clarificada em seus ritos e crenças, que estruturam o mundo do sagrado, acessíveis a toda população, codificando ao mesmo tempo um mundo de valores humanos e sobrenaturais, onde a interação ou soma da matéria e do espírito se tornam técnicas, transmitidas pela tradição, com a finalidade de domínio da natureza e afirmação da geograficidade do grupo. Em suma, as vilas rurais na Amazônia paraense são resultantes das relações indissociáveis da paisagem e do gênero de vida, conceitos aqui entendido como fundamentais para o entendimento destes espaços geográficos.

INTERAÇÕES ESPACIAIS E FUNCIONALIDADE DAS VILAS

Grosso modo a vila – meu lugar – é o espaço e o tempo em que vivo, onde tenho minhas referências, onde exerço o conjunto de minhas perspectivas e de minha história. É a vila um processo concreto, um lugar no mundo, um acontecimento pertencente ao mundo que

interage com outros espaços e de funcionalidade particular. As vilas rurais não podem ser vistas como espaços isolados, mas através destas podemos visar um estar no mundo, portanto, abstrato e espacialmente criado por nossa proposição. Elas contêm, em si, todas as possibilidades e tendências de realização no mundo, uma vez que incorporam a vida material ao espaço entendido como totalidade (SANTOS, 1996).

A dinâmica das vilas rurais foi e, em boa parte ainda hoje, continua sendo, ritmada pelo conjunto das possibilidades concretas criadas ao longo do processo sócio-geográfico de ocupação da região amazônica. O uso do espaço nas vilas é ritmado segundo sua própria temporalidade, constituindo e produzindo estes espaços comuns, marcados pela heterogeneidade criadora e pela dimensão do cotidiano, entrelaçados por solidariedades das práticas sociais experienciáveis. Mas, o cotidiano entre as mais diversas pessoas, não tanto amistosa, é povoado de instrumentos, regras e normas rígidas onde as maiorias delas não são institucionalizadas e os conflitos delas decorrentes são à base da vida em comum.

Todavia, os ritmos e dinâmicas das vilas rurais vêm passando por alterações em função das forças externas ao lugar “corroendo” os antigos laços de solidariedades e modificando o ritmo de vivência e reprodução das coletividades locais. Estas mudanças ocorrem pelas interações que a vila desenvolve com outros espaços, a cidade, sejam pelas relações econômicas, sociais, políticas ou culturais que estas desempenham com o externo do convívio local.

Entre estas alterações, as relações econômicas são as mais visíveis entre as vilas rurais e o espaço urbano das cidades na Amazônia paraense, pois camponeses, produtores rurais, comercializam os seus excedentes de produção nos núcleos urbanos próximos, ao mesmo tempo em que através das compras ou trocas adquirem os produtos que necessitam para reprodução de sua existência material. Também não menos importantes às interações políticas, principalmente mediante as ações das políticas públicas, contribuem para “corroer” e integrar o campo à cidade, por meio do sistema educacional, sistema de saúde pública, o que promove certa integração entre os espaços. Estas práticas espaciais alteram em muitos aspectos as relações sociais uma vez que criam novos valores, dinamizam os espaços e mudam a paisagem.

De igual importância as relações sociais alteram-se em função da expansão das redes de telecomunicações com o uso nas vilas rurais do rádio, televisão, telefone, etc. Estes objetos, antes de uso quase restrito a cidade, chegam ao campo desempenhando papel

fundamental na integração espacial das vilas rurais com o urbano até então desconectados, bem como alteram a cotidianidade dos camponeses residentes nos vilarejos.

As interações que ocorrem entre as vilas rurais e as cidades fazem estes espaços interagirem, desenvolverem trocas não apenas materiais, mas também simbólico-cultural alterando o espaço-tempo dessas localidades.

Segundo SANTOS (1985), o espaço deve ser analisado também a partir de suas funções consideradas em suas relações dialéticas, uma vez que:

A noção de função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões - trabalho, compras, lazer, etc. - são algumas das funções associadas à casa, ao bairro, à cidade e a rede urbana. (SANTOS, *apud* CORRÊA, 1995.p.29)

Em se tratando das vilas rurais na Amazônia paraense, afirmamos estas desempenham três funções fundamentais: primeiro são espaços que garantem à reprodução da vida camponesa, oferecendo resistência à expansão do capitalismo para o campo, uma vez que o campo representa a possibilidade de trabalho não diretamente relacionado às relações capitalistas de produção, mas, permitindo a reprodução do gênero de vida¹ dos camponeses, bem como uma relativa autonomia, graças, serem eles mesmo os proprietários dos meios de produção que representa para os camponeses seu bem mais precioso, a terra/água.

Segundo as vilas rurais na Amazônia são espaços que reproduzem as atividades tradicionais baseado na agricultura de subsistência, no extrativismo vegetal, na atividade da pesca, na caça ao mesmo tempo na criação de pequenos animais em quintais para o próprio consumo.

Terceiro as vilas rurais na Amazônia são espaços que produzem excedente para comercialização nos núcleos urbanos da região. Na Amazônia os moradores dos espaços rurais têm uma tradição de produção de excedente, seja de produção agrícola, produção de pescado e outros que abastecem as cidades da região. Portanto, as vilas rurais desempenham funções fundamentais para dinâmica sócio-espacial da região e garante a reprodução do campesinato e a resistência do camponês frente à expansão do capitalismo para o campo na Amazônia paraense.

ESPAÇO E TEMPO NAS VILAS RURAIS

A paisagem que contemplamos os fatos que se acham diante de nós “é o aqui e o agora”, a totalidade em sua dupla dimensão temporal e espacial. Esta realidade chaga a nossa

percepção como um todo fragmentado. Como as práxis dos diferentes grupos são igualmente fragmentárias, o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos da realidade e não permite reconstruir o funcionamento unitário do espaço como instrumento de reprodução de vida.

Para Santos (1982), o espaço:

(...) é formado de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais: essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presentes enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo funcionamento da sociedade total. Por isso o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. (SANTOS, 1982. p. 14).

Sendo o espaço o resultado da materialização do trabalho humano, “a acumulação desiguais de tempos” (SANTOS, 1985.p.16), as vilas rurais são projeções da sociedade camponesa sobre a superfície terrestre definida a partir das relações sociais por meios de ações capazes de exercerem sobre indivíduos ou coletividades uma coação externa determinada independentemente das formas individuais de suas manifestações.

Portanto, o espaço é um fator social histórico e uma estância social, na medida em que o reconhecemos como elemento de um conjunto produzido pelo trabalho social e realiza uma dupla função que lhe assegura efetivamente condição de fator histórico. de um lado, ele se define pelo conjunto, mas também o define, isto é, o espaço é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribuindo um sentido a outras coisas.

É neste sentido que entendemos o espaço das vilas rurais na Amazônia paraense dotado de um tempo que o torna peculiar quase imperceptível dentro dos ciclos em que transcorrem os processos sociais. As formações sociais camponesas nas vilas rurais amazônicas passam de uma simples ocupação e aproveitamento do espaço (adaptação passiva) para uma situação de transformação cada vez mais ampla e profunda desse espaço (adaptação ativa). Essa transformação compreende não apenas a produção de bens materiais como também a adequação do meio ambiente circundante as vilas as necessidades individuais, familiares comunitárias e das formações sócias em seu conjunto. Como resultado, as formas espaciais das vilas rurais adquirem diferentes escalas de configuração: a disposição dos objetos geográficos sempre rarefeitos caracterizando uma paisagem tipicamente rural; ausência de prédios e fotos arquitetônicos na sua forma espacial; organização do território marcada pela planificação física sem grande ou nenhuma densidade técnica.

Nas vilas rurais as práticas culturais compreendem, numa dada conjuntura histórica, aquelas ações que visam:

a) gerar representações, valores, modelos, interesses, aspirações, crenças e mitos sempre interdependentes, os quais incidem sobre as práticas do cotidiano e obrigam a decidir entre duas opções: manter e reproduzir a ordem existente ou transformá-las em novas maneiras de fazer e pensar; b) desenvolver formulações explícitas sobre conhecimentos capazes de responder às indagações que o homem formula sobre si mesmo, a sociedade e o espaço – tempo bem como permitam também solucionar os problemas por ele enfrentados; c) difundir esses conhecimentos através da oralidade e meios simbólicos.

Estes três aspectos das práticas culturais nas vilas rurais da Amazônia paraense estão intimamente relacionados e, portanto, exercem influência uns sobre os outros. Ademais, podem-se delimitar áreas de geração e difusão de conteúdos, culturais no tempo e no espaço, mediante a consolidação de um conjunto de relações que conduzem a identificação de campos culturais a exemplo da religião, as artes e as lendas amazônicas que chegam a formar os núcleos culturais.

As redes de inter-relações que vinculam nas vilas rurais e os diferentes indivíduos que na qualidade de agentes ativos ou passivos se desenvolvem ou participam das ações acima citadas, formam a estrutura cultural-ideológica de uma sociedade campesina, realidade ineludível que condiciona as práticas correspondentes ao proporem alternativas de sua ratificação ou substituição.

Nas vilas as práticas culturais utilizam as formas espaciais como suportes para a transmissão de mensagens de apoio ou de negação da ordem socialmente gerada respondendo a uma função decorrente de necessidades biológicas, políticas ou mesmo cultural vigente. Assim a moradia, o vestuário, os instrumentos de trabalho, os espaços destinados às manifestações artísticas, religiosas e públicas de caráter cívico constituem exemplos de formas espaciais que respondem aos requisitos mencionados.

Na região Amazônica do passado, as sociedades indígenas, onde a estratificação em classes era ainda incipiente ou inexistente, todos os membros das coletividades participavam indistintamente das tarefas de reprodução social, e as formas espaciais produzidas atendiam as necessidades elementares e eram utilizadas praticamente sem restrições por todos os membros da coletividade.

As conquistas dos territórios amazônicos pelos colonizadores portugueses impõem a estas coletividades outras formas de organizações do espaço alterando e aprofundando o processo de divisão social do trabalho fixando novas atividades como ocupação da vida e impondo-lhes como derivação da lógica de tal processo, assentando assim as bases para as formulações das vilas rurais na Amazônia paraense.

Porém, as desigualdades espaciais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem mais vastos, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação. Para tal teríamos que considerar desde as características naturais herdadas nas vilas até as modalidades de modificações da materialidade no meio geográfico, bem como as diferenças de densidades já mencionadas, a diversidade das heranças e das formas de impacto do presente.

Para analisar as novas desigualdades territoriais no Brasil, SANTOS e SILVEIRA (2001), buscam examinar algumas situações características como “as zonas de densidades e de rarefação, a fluidez e a viscosidade do território, os espaços da rapidez e da lentidão, espaços luminosos e espaços opacos”² (SANTOS & SILVEIRA. 2001. p.229). Entendemos que as vilas rurais correspondem a espaços rarefeitos, opacos, viscosos, marcados pela lentidão e, portanto, característico dos espaços campestres amazônicos. Onde o tempo lento explicita uma sincronia na relação homem natureza e também na relação dos homens entre si demonstrando doravante um ar de ruralidade marca indelével nas paisagens das vilas rurais da região.

Entendendo que toda reprodução social se faz a partir de um determinado substrato material, ressaltamos o quanto esses espaços das vilas são poucos dinâmicos, em virtude do seu tempo lento e do imbricamento de diferentes variáveis em sua constituição, por serem a um só tempo condicionante e condicionados pelo movimento da realidade geográfica.

As combinações destas variáveis se manifestam nas vilas rurais por meio de “imagens espaciais e temporais” identificadas por meios de signos geográficos imprimidos pelos sujeitos sociais e históricos. Sendo as vilas rurais produto da interação entre sociedade, espaço e tempo, estas se categorizam com uma lógica singular fundamentadas em circuitos espaciais de produção, consumo e trocas que se manifestam como marcas geográficas estruturante da reprodução da vida camponesa na Amazônia paraense.

CONSIDERAÇÕES

A análise e reflexão desenvolvida a cerca dessa escala geográfica é um esforço ainda tímido, cuja intenção não é esgotar aqui, visto a complexidade e importância de tal discussão possuir um valor científico para geografia nesta região. Consideramos, esse estudo como uma tentativa de compreensão e caracterização da organização espacial das vilas rurais na Amazônia Paraense.

Necessário se faz buscar compreender as vilas rurais como uma escala espacial de análise geográfica bem como espaço de reprodução do campesinato e do camponês. Visto que esta forma espacial é resultado da combinação de técnica e trabalho materializado sob o substrato material, a natureza herdada. Portanto, o camponês enquanto agente político, social e histórico produz as vilas rurais como seu espaço de vivência e reprodução das condições materiais de existência humana.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço um conceito chave na geografia. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo César Gomes. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: trinta anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O Campo Rebelde e o governo FHC, conflitos no campo brasil. In: Encontro nacional de Geografia Agrária. **O espaço agrário brasileiro: “velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções”** / XV Encontro Nacional de Geografia Agrária. – Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, 2000.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado** – 2 ed. – São Paulo: HUCITEC, 1991.
- SANTOS, M. **Espaço e método**: São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. SP: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SORRE, Max geografia /organizador (da coletânea) Januário Francisco Megale : [tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques]. – São Paulo: Ática, 1984.

TAVARES, Maria G. da C. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO PARAENSE: dos fortes à criação de municípios. In: *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

